



CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS DA 18ª REGIÃO/SE
AUTARQUIA PÚBLICA FEDERAL

Aviso de
DISPENSA
DE LICITAÇÃO –
Recebimento de cotações

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS DA 18ª REGIÃO/SE

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de transporte de táxi na Capital, grande Aracaju e Intermunicipal no Estado de Sergipe, com a finalidade de execução de serviços do Conselho Regional de Serviço Social da 18ª Região/Sergipe

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$16.316,66 (dezesesseis mil, trezentos e dezesseis reais e sessenta e seis centavos)

PERÍODO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS

De 17/06/2026 às 08H

Até 22/06/2026 às 07H30

PERÍODO DE DISPUTA

De 23/06/2026 às 08H

Até 23/06/2026 às 14H

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2026 - Processo Administrativo 05/2026

Torna-se público que a O CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS DA 18ª REGIÃO/SE, por meio do Setor de Licitações e Contratos que realizará Dispensa de Licitação, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º



Conselho Regional de Serviço Social – CRESS da 18ª Região/Se
Rua Dom José Thomaz, 683, CEP 49.015.090, Bairro São José, Aracaju/SE
Telefone: (79) 3214 3487 (WhatsApp) – 3025 1132 (Tesouraria) - E-mail: cress-se@cress-se.org.br - site:www.cress-se.org.br



CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS DA 18ª REGIÃO/SE AUTARQUIA PÚBLICA FEDERAL

de abril de 2021.

Torna-se público que a O CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS DA 18ª REGIÃO/SE, por meio do Setor de Licitações e Contratos que realizará Dispensa de Licitação, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

- Processo de disputa será realizado através da plataforma LICITANET site: <https://licitanet.com.br/> com login de acesso cadastrado na plataforma pelos interessados.
- O ingresso do prestador de serviço na disputa da Dispensa Eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item;
- O prestador de serviço interessado, após a divulgação deste Edital, encaminhará exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica Portal www.licitanet.com.br, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento;
- A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada;
- Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;
- Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do prestador de serviço, não lhe
- assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses;
- Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente;
- A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe no Termo de Referência, assumindo, o proponente, o compromisso de executar os serviços nos seus termos em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual;
- A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe no Termo de Referência, assumindo, o proponente, o compromisso de executar os serviços nos seus termos em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual;
- Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;



CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS DA 18ª REGIÃO/SE
AUTARQUIA PÚBLICA FEDERAL

- Que está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos;
- Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
- Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição e do art. 68, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.
- Fica facultado ao prestador de serviço, desde que possível tecnicamente na plataforma ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável, caso a plataforma permita esta função;
- Feita essa opção, os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo prestador de serviço e o intervalo mínimo entre lances previsto nesta Dispensa Eletrônica;
- O valor final mínimo poderá ser alterado pelo prestador de serviço durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema;
- O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos pelos prestadores de serviços na forma da seção seguinte desta Dispensa Eletrônica.



CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS DA 18ª REGIÃO/SE
AUTARQUIA PÚBLICA FEDERAL

TERMO DE REFERÊNCIA DISPENSA ELETRÔNICA Nº 05/2026

1. OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Referência, Contratação de empresa para a prestação de serviços de transporte de táxi na Capital, grande Aracaju e Intermunicipal no Estado de Sergipe, com a finalidade de execução de serviços do Conselho Regional de Serviço Social da 18ª Região/Sergipe, nas condições e especificações constantes na tabela abaixo:

LOTE ÚNICO	
ITEM	ESPECIFICAÇÕES
1	Contratação de empresa para a prestação de serviços de transporte de táxi na Capital, grande Aracaju e Intermunicipal no Estado de Sergipe, com a finalidade de execução de serviços do Conselho Regional de Serviço Social da 18ª Região/Sergipe (conforme modelo de proposta- Anexo I).

1.2 Nos valores propostos devem estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

1.3 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pela execução de todos os serviços necessários para pleno atendimento aos serviços contratados, bem como sendo de excelente qualidade.

1.4 As especificações técnicas dos equipamentos encontram-se neste termo

2. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 As características dos serviços demandados pelo CRESS/SE 18ª REGIÃO neste termo de referência, demonstram que os serviços podem ser classificados como serviços comuns, uma vez que são facilmente comparáveis entre si e podem ser oferecidos por diversas empresas atuantes no mercado, não necessitando de especificações minuciosas ou peculiares.

2.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à



CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS DA 18ª REGIÃO/SE AUTARQUIA PÚBLICA FEDERAL

área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

2.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

3. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1 Considerando que o Conselho Regional de Serviço Social da 18ª Região é um órgão de representação, normatização, disciplina, defesa e fiscalização dos Profissionais de Serviço Social, bem como das Pessoas Jurídicas prestadoras de serviços na área do Serviço Social.

3.2 A presente contratação visa melhorar a eficiência administrativa no transporte de funcionários, terceirizados e parceiros a serviço do Conselho, contribuindo para o atendimento às metas da organização, com o intuito de proporcionar maior agilidade, evitar riscos e minimizar os custos. .

3.3 A contratada colocará a disposição do Conselho veículos com as seguintes características:

- a) Modelo de porte pequeno, médio ou grande com 04 portas laterais;
- b) Com a permissão e alvará de tráfegos válidos;
- c) Com capacidade de ocupação de 04 (quatro) pessoas, além do motorista;
- d) Dotados de equipamentos de segurança obrigatórios pela legislação nacional e com a documentação prevista em lei;
- e) Logotipos de identificação da empresa;
- f) Certificado atualizado de vistoria do INMETRO;
- g) Estar em condições legais de acordo com o Regulamento do Serviço de Transporte individual e passageiros em automóvel de aluguel – TÁXI, do município de Aracaju;
- h) Estar em perfeito estado de conservação e higienização, sendo conduzidos por motoristas legalmente habilitados

3.4 Diante do acima exposto, justifica-se a Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte por meio de táxi para atender os deslocamentos de funcionários deste Conselho



CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS DA 18ª REGIÃO/SE AUTARQUIA PÚBLICA FEDERAL

Regional de Serviço Social da 18ª Região..

4. AMPARO LEGAL

4.1 A contratação do serviço, objeto deste Termo de Referência, tem amparo legal na Lei nº 14.133/2021, sendo necessário para subsidiar e proteger o desenvolvimento das ações inerentes a prestação das atividades do Conselho e proteção do patrimônio público.

5. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

5.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

5.1.1 Os motoristas deverão obrigatoriamente realizar os atendimentos portando, identificação e uniforme da empresa em condições de higiene satisfatória sem uso de chapéus e/ou boné, boa aparência condizente com a prestação do serviço;

5.1.2 Prestar o serviço solicitado, inclusive obedecendo ao roteiro determinado pelo usuário, facultado sugerir alternativa menos onerosa ou de maior rapidez;

5.1.3 Tratar os usuários do serviço com boa educação e presteza, não proceder o descarte incorreto de resíduos junto ao meio ambiente;

5.1.4 A empresa deverá apresentar semestralmente relatório comprobatório de revisão de seus veículos, bem como, manter os veículos com o taxímetro aferido pelo INMETRO ou empresa autorizada, nos termos do regulamento do serviço de transporte individual de passageiros em automóvel de aluguel – Táxi, do município de Aracaju;

5.1.5 A execução dos serviços de transporte de táxi se dará durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, conforme a demanda do Conselho, de domingo a sábado, inclusive em feriados municipais, estaduais ou nacionais;

5.1.6 A demanda por agendamento para deslocamentos intermunicipal se dará preferencialmente com antecedência mínima de 24 vinte e quatro horas;

5.1.7 As solicitações de táxi deverão ser atendidas em, no máximo, 10 minutos, tendo disponível um quantitativo de carros que possa atender no prazo máximo previsto, mediante a apresentação



CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS DA 18ª REGIÃO/SE AUTARQUIA PÚBLICA FEDERAL

do veículo no endereço indicado pelo usuário solicitante do serviço;

5.1.8 O transporte de bagagem usual deverá ser gratuito;

5.1.9 No Transporte de táxi para capital, aplicar a bandeira 1 para todo e qualquer deslocamento, 24 (vinte e quatro) horas por dia, de domingo à sábado, inclusive em feriados municipais, estaduais ou nacionais.

5.1.10 No Transporte de táxi naintermunicipal, aplicar a bandeira 1 para todo e qualquer deslocamento, 24 (vinte e quatro) horas por dia, de domingo à sábado, inclusive em feriados municipais, estaduais ou nacionais.

5.1.11 No Transporte de táxi para os deslocamentos na Grande Aracaju (Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão, Itaporanga d'Ajuda, Laranjeiras, Maruim, Riachuelo e Santo Amaro das Brotas), o valor cobrado será de acordo com o taxímetro, aplicando a bandeira 1, sem cobrança de hora parada;

5.1.12 Na nota fiscal a contrate deverá aplicar um percentual de desconto de 40% para as viagens intermunicipais

5.1.13 A prestadora de serviço deverá permanecer no local de destino, com taxímetro desligado, quando se tratar de viagens na capital e fora da capital.

5.1.14 O controle dos serviços prestados será feito por meio de talonários de requisição de táxi com logomarca da CONTRATADA, em duas vias, os quais deverão ser fornecidos pela empresa contratada que será responsável pela distribuição, e guarda dos mesmos.

5.1.15 O USUÁRIO do táxi, após a prestação do serviço solicitado, deverá preencher e assinar por extenso a requisição de táxi em duas vias, bem como a anotação do nome do MOTORISTA, entregando a ele a 1ª via da requisição e retendo a 2ª via.

5.1.16 A empresa contratada deverá prestar os serviços demandados pelo Conselho por meio de veículos, higienizados, com ar-condicionado e com vida útil de acordo com o regulamento municipal vigente;

5.1.17 Em caso de viagens intermunicipais a empresa contratada deverá permanecer no local e o retorno previsto deverá ocorrer ao final da atividade

5.1.18 A empresa deverá prestar os serviços de transporte somente com veículos,



CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS DA 18ª REGIÃO/SE AUTARQUIA PÚBLICA FEDERAL

permissionários e/ou condutores auxiliares que estejam devidamente cadastrados junto à Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes.

5.1.19 A CONTRATADA deverá dispor de motoristas criteriosamente selecionados e altamente qualificados, que trabalham portando aparelho de celular, com eficiente monitoramento dos serviços e segurança para com os passageiros do Conselho.

5.1.20 O talonário deverá conter os números de identificação do táxi e do motorista; as quilometragens inicial e final; os horários de início e término da prestação do serviço; finalidade do serviço; nome e assinatura do servidor/usuário transportado, bem como o valor total da corrida, sendo que o desconto será computado no valor total da nota fiscal/fatura apurado mensalmente.

5.1.21 A CONTRATADA encaminhará à CONTRATANTE a primeira via do voucher, junto à nota fiscal de pagamento, apresentada mensalmente.

5.1.22 A CONTRATANTE não será responsabilizada, em nenhuma hipótese, pelas infrações de trânsito cometidas pelos taxistas e nem pelos danos de qualquer ordem (colisões, atropelamentos, roubo e etc.) que, porventura, possam ocorrer.

5.2 REQUISITOS DO CRITÉRIO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS:

5.2.1 Para a apresentação da proposta de preços, o Conselho levará em consideração a pesquisa de preços de mercado, sobre o valor faturado: **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O VALOR FATURADO (TAXÍMETRO).**

5.2.2 Os preços praticados (tarifa do quilômetro percorrido na bandeira I; tarifa) não poderão ser superiores aos valores máximos das tarifas vigentes, conforme regulamentação própria de cada município.

5.2.3 O custo do serviço será aquele compreendido entre o embarque e o desembarque do usuário, apurado de acordo com o valor exibido no taxímetro, devendo o mesmo ser preenchido na requisição.

5.2.4 Sobre o valor total da fatura relativo aos serviços prestados, incidirá o percentual de desconto correspondente, conforme item 4.1, sobre o valor das tarifas oficiais vigentes à época da prestação dos serviços.

6. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA



Conselho Regional de Serviço Social – CRESS da 18ª Região/Se
Rua Dom José Thomaz, 683, CEP 49.015.090, Bairro São José, Aracaju/SE
Telefone: (79) 3214 3487 (WhatsApp) – 3025 1132 (Tesouraria) - E-mail: cress-se@cress-se.org.br - site: www.cress-se.org.br



CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS DA 18ª REGIÃO/SE AUTARQUIA PÚBLICA FEDERAL

6.1 A demanda e quantitativo dos serviços a ser contratado foram estipulados pela Diretoria Executiva do CRESS/SE, tem como base as necessidades da Instituição, eficiência administrativa no transporte de funcionários, terceirizados e parceiros a serviço do Conselho.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

7.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

7.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

7.4 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 Prestar os serviços objeto da presente contratação, conforme estabelecido neste Termo de Referência, no Edital de Licitação e na Minuta do Contrato, obedecendo à legislação pertinente, em especial o Regulamento municipal de Trânsito vigente;

8.2 Realizar todos os atendimentos com veículos: (i) em bom estado de conservação, limpeza e higiene; (ii) com ar condicionado em perfeito funcionamento.

8.3 Conferir todos os parâmetros e elementos que subsidiarão os serviços, correndo por sua exclusiva responsabilidade a constatação e checagem dos mesmos;

8.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.5 Comunicar o Conselho imediatamente e por escrito, qualquer anormalidade verificada na



Conselho Regional de Serviço Social – CRESS da 18ª Região/Se
Rua Dom José Thomaz, 683, CEP 49.015.090, Bairro São José, Aracaju/SE
Telefone: (79) 3214 3487 (WhatsApp) – 3025 1132 (Tesouraria) - E-mail: cress-se@cress-se.org.br - site:www.cress-se.org.br



CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS DA 18ª REGIÃO/SE AUTARQUIA PÚBLICA FEDERAL

execução dos serviços e prestar, com a devida antecedência, os esclarecimentos necessários;

8.6 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

8.7 Prestar esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente as reclamações sobre seus serviços, nos prazos estipulados pelo Conselho;

8.9 Iniciar a prestação/execução dos serviços em seguida à assinatura do Contrato de Prestação de Serviços;

8.10 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.11 Fornecer ao Conselho uma cópia do Ato que estabelece as tarifas taximétricas no Município de Aracaju e atualizá-las sempre que houver alterações por parte do órgão regulador competente;

8.12 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 107 da lei 14.133/2021.

8.13 Realizar o serviço de táxi obedecendo fielmente à legislação pertinente, em especial o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, as normas do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, no que couber, e ainda a Legislação Municipal que trata da permissão dos serviços de taxi;

8.14 Responsabilizar-se por quaisquer acidentes e suas consequências, respondendo pelos danos causados diretamente ao Conselho, o veículo, ao motorista, a passageiros e ou a terceiros, provocados por ação ou omissão da CONTRATADA quando da prestação dos serviços ora contratados, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização exercida pelo Conselho; e, ainda, não cabendo o Conselho, em nenhuma hipótese, responsabilidade por danos diretos, indiretos ou lucros cessantes decorrentes;

8.15 Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados e prepostos, quando nas dependências do Conselho, ou em qualquer outro local onde esteja prestando os serviços objeto desta licitação, devendo adotar as providências que, a respeito, exigir a legislação em vigor;



CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS DA 18ª REGIÃO/SE AUTARQUIA PÚBLICA FEDERAL

8.16 A responsabilidade civil por danos decorrentes da utilização dos veículos deverá ser integralmente da contratada e permissionários associados, vedada a cobrança de qualquer valor ao contratante;

8.17 Arcar com as despesas de uniformes, salários, impostos, taxas, recolhimentos, combustível, peças de reposição, manutenção do veículo, encargos trabalhistas e previdenciários e quaisquer outros decorrentes da execução do objeto do contrato a ser firmado;

8.18 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, o acréscimo que se fizer necessário na prestação dos serviços contratados em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

8.19 Dispor de uma frota de veículos que atenda a demanda do Conselho dentro do prazo máximo estabelecido no item 5.1.5;

8.20 Implantar, de modo adequado, a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz.

8.21 Manter durante toda a vigência do contrato o percentual referente ao desconto ofertado.

9 DA HABILITAÇÃO

9.1 RELATIVA HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.1.1 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Comerciais, deverão apresentar devidamente registrados no Órgão de Registro do Comércio local de sua sede os respectivos Contratos Sociais e todas as suas

alterações subsequentes ou o respectivo instrumento de Consolidação Contratual em vigor, com as posteriores alterações, se houver;

9.1.2 As participantes, em se tratando de Sociedades Cíveis, deverão apresentar os seus respectivos Atos Constitutivos e todas as alterações subsequentes em vigor, devidamente inscritos no Cartório de Registro Civil, acompanhados de prova da diretoria em exercício;

9.1.3 As participantes, em se tratando de Sociedades por Ações, deverão apresentar as publicações nos Diários Oficiais dos seus respectivos Estatutos Sociais em vigor, acompanhados dos documentos de eleição de seus administradores.

9.1.4 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;



CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS DA 18ª REGIÃO/SE AUTARQUIA PÚBLICA FEDERAL

9.1.5 Para as sociedades empresárias ou empresas individuais de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.1.6 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.1.7 CPF e RG do administrador.

9.2 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

9.2.1 Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) emitido pela Secretaria da Receita Federal;

9.2.2 Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, relativos aos Tributos federal, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito Federal quanto no âmbito d procuradoria da Fazenda Nacional.

9.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual (relativa ao ICMS),

9.2.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da interessada,

9.2.5 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS: Certidão de Regularidade de Situação - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;

9.2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

9.3 DA CAPACIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.3.1 Certidão Negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante; caso reste declarado que ficam excluídos os processos no âmbito do processo judicial eletrônico-PJE, a licitante necessariamente também precisa apresentar a certidão de distribuição PJE falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial,

9.3.1.1 a certidão, referida na alínea anterior, que não estiver mencionando explicitamente o prazo de validade, somente será aceita com o prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua



CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS DA 18ª REGIÃO/SE AUTARQUIA PÚBLICA FEDERAL

emissão.

9.4 DA CAPACIDADE TÉCNICA

9.4.1 Comprovação de aptidão para desempenho da atividade pertinente ao objeto licitado e compatível em características com o objeto da licitação, através de apresentação de Pelo menos um Atestado de Capacidade Técnica da Licitante, emitido por entidade da Administração Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta, e/ou empresa privada que comprove, de maneira satisfatória aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação.

10. DAS DECLARAÇÕES

10.1.1 Declaração de que cumprirá durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos previstos em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015. 12.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.2 Declaração de que não possui vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

10.1.3 Declaração que a licitante tem conhecimento e atende a todas as exigências de habilitação e especificações técnicas previstas neste termo, e que os documentos anexados eletronicamente ou apresentados para digitalização, são fiéis aos originais e válidos para todos os efeitos legais;

10.1.4 Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato.





CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS DA 18ª REGIÃO/SE AUTARQUIA PÚBLICA FEDERAL

12. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

13.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 14.133/2021, e do art. 6º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018.

13.2 O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

13.3 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

13.4 A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados na Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017, quando for o caso.

13.5 O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no artigo 125 da Lei nº 14.133/2021.

13.6 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta.

13.7 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme



CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS DA 18ª REGIÃO/SE AUTARQUIA PÚBLICA FEDERAL

o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.8 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 124 e 137 da Lei nº 14.133/2021.

13.9 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 145 da Lei nº 14.133/2021.

14 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, e da Lei nº 10.520, de 2002, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

- 12.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

- 14.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

- 14.1.3 fraudar na execução do contrato;

- 14.1.4 comportar-se de modo inidôneo;

- 14.1.5 cometer fraude fiscal;

- 14.1.6 não mantiver a proposta.

14.2 A contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 14.2.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

- 14.2.2 Moratória de até 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 15 (quinze) dias;

- 14.2.2.1 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.



CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS DA 18ª REGIÃO/SE AUTARQUIA PÚBLICA FEDERAL

14.2.3 Compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

14.2.3.1 No caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

14.2.4 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 18ª REGIÃO, pelo prazo de até dois anos;

14.2.5 Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

14.2.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

14.3 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, I e III da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

14.3.1 tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

14.3.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; 12.3.3 demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

14.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15 DA FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

15.1 A execução dos serviços será formalizada por Contrato Administrativo, estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, obrigações e responsabilidades entre as partes, em



CRESS
18ª REGIÃO
SE
Conselho Regional de Serviço Social de Sergipe

Conselho Regional de Serviço Social – CRESS da 18ª Região/Se
Rua Dom José Thomaz, 683, CEP 49.015.090, Bairro São José, Aracaju/SE
Telefone: (79) 3214 3487 (WhatsApp) – 3025 1132 (Tesouraria) - E-mail: cress-se@cress-se.org.br - site:www.cress-se.org.br



CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS DA 18ª REGIÃO/SE AUTARQUIA PÚBLICA FEDERAL

conformidade com o procedimento de contratação, Termo de Referência, e da Proposta de Preços da empresa considerada vencedora. O período de vigência do contrato terá início a partir da data de sua assinatura por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos casos previstos em Lei.

16. DA FISCALIZAÇÃO

16.1 A fiscalização /recebimento do objeto será exercida por funcionária designada através de portaria.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

17.2 No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

17.3 No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o servidor responsável deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.3.1 Realizar a análise da documentação apresentada e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.3.2 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

18. DO PAGAMENTO

18.1 O pagamento será realizado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, através de depósito em conta corrente e/ou boleto bancário, vinculado ao CNPJ do fornecedor, condicionado à entrega do produto/execução do serviço, devidamente atestado e aprovado pela Contratante.

18.2 Nos preços ofertados na proposta já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de transportes, seguros, impostos, taxas de qualquer natureza e outros quaisquer que, direta ou indiretamente impliquem ou venham implicar no fiel cumprimento deste instrumento.

18.3 O pagamento será efetuado mediante emissão de nota fiscal, devidamente atestada por setor competente, de acordo com os serviços prestados, devendo vir acompanhadas das certidões fiscais e trabalhistas.

18.4 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de



CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS DA 18ª REGIÃO/SE AUTARQUIA PÚBLICA FEDERAL

acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.4.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.5 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

19. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do CRESS/SE.

19.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

6.2.2.1.1.01.04.04.009 - Serviços de Transporte –

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 Para eventuais esclarecimentos, o licitante poderá solicitar através do email: licitacao@cress-se.org.br.

Aracaju, 16 de Junho de 2026

APROVO este Termo de Referência e CONCORDO com a justificativa declarações exaradas neste termo, tendo-o como motivado.

AUTORIZO a abertura do processo licitatório para o objeto deste termo de referência.

Karen Lícia Santana de Oliveira
Conselheira Presidente
CRESS DA 18ª REGIÃO – SERGIPE



CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS DA 18ª REGIÃO/SE
AUTARQUIA PÚBLICA FEDERAL

ANEXO I

DISPENSA ELETRÔNICO 05/2026

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

Razão Social:	
Endereço:	
CNPJ:	Tel.: ()
Contato:	E-mail:
Responsável pela Proposta:	
Validade da proposta:	

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de transporte de táxi na Capital, grande Aracaju e Intermunicipal no Estado de Sergipe, com a finalidade de execução de serviços do Conselho Regional de Serviço Social da 18ª Região/Sergipe

PROPOSTA

QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VL UNIT	VL TOTAL R\$
600	QTD	CORRIDAS BANDEREIRA INICIAL		
900	KM	VALOR DO KM RODADO BANDEIRA 1		
2300	KM	VALOR DO KM RODADO INTERMUNICIPAL		
30	HORAS	HORA PARADA ARACAJU E GRANDE ARACAJU		
40	HORAS	HORA PARADA EM VIAGENS INTERMUNICIPAIS		
Total				

Valor Total global R\$

NOTAS:

- 1) Todas informações contidas nessa proposta atendem aos requisitos do termo de referência e edital;
- 2) Declaro serem verdadeiras todas as informações descritas nesta proposta, e que a menos de ocorrência de força maior serão mantidos os termos aqui presentes durante toda a vigência do contrato.
- 3) Validade da proposta 90 dias

Aracaju/Se, ____ de ____ de 2026.

PROPONENTE